



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639204 - PR (2021/0005643-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : EDWARD FABIANO ROCHA DE CARVALHO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO - PR008862  
EDWARD FABIANO ROCHA DE CARVALHO - PR035212  
BRUNA ARAÚJO AMATUZZI BREUS - PR057632  
ANA MARIA LUMI KAMIMURA MURATA - PR064295  
NIKOLAI OLSCHANOWSKI - PR078396  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : LUIZ FELIPE TOSHIHICO NISHIMURA  
**CORRÉU** : BRUNO FERNANDES VIEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FELIPE TOSHIHICO NISHIMURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0053986-47.2020.8.16.0000).

O paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 303 e 306 do Código de Trânsito brasileiro (lesão corporal culposa e embriaguez ao volante).

O Tribunal de origem indeferiu liminarmente o *habeas corpus* impetrado com o objetivo de determinar a formulação de proposta de não persecução penal pelo Ministério Público em relação ao delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.

Nesta via, os impetrantes sustentam a ocorrência de constrangimento ilegal, porque há interesse de agir na impetração do *habeas corpus* defensivo.

Aduzem que o controle de legalidade do não oferecimento do acordo de não persecução penal traz reflexos na liberdade de ir e vir do acusado.

Requerem, liminarmente, a suspensão do trâmite da Ação Penal n. 0000584-17.2017.8.16.0013 até o julgamento do *writ*. No mérito, pleiteiam a concessão da ordem constitucional para a nova remessa dos autos ao *parquet* com determinação de apreciação da possibilidade de realização do acordo de não persecução penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente